

OS BENEFÍCIOS DA INTRODUÇÃO DA CONTABILIDADE E DA ADMINISTRAÇÃO RURAL PARA OS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES RURAIS

Ronny Luis Sousa Oliveira

Universidade da Amazônia (UNAMA) - ronnyoliveira64@hotmail.com

Rose Lucienne Sousa Oliveira

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) - roselucienne784@gmail.com

RESUMO:

Em muitas regiões do Brasil os pequenos produtores rurais exercem papel fundamental nas economias regionais e locais de pequenas cidades ou vilarejos. É comum observarmos nas feiras desses municípios produtores que possuem produção própria e buscam esses locais para vender seus produtos, assim como, em vilas afastadas da cidade estes proprietários oferecem seus itens para a população local. Porém em muitos casos estas pessoas não possuem o conhecimento contábil ou administrativo para gerenciar seus ativos, seu fluxo de caixa ou até mesmo sua produção. Em decorrência disso, é comum que estes produtores percam o controle das suas despesas, um exemplo, é confundir o custo da produção com as despesas pessoais ou de casa. Por fim, muitos desistem da atividade rural e buscam alternativas para continuar economicamente ativo. Com base neste breve relato o objetivo deste trabalho é demonstrar os benefícios da contabilidade e administração rural para pequenos produtores rurais em uma pequena comunidade do interior do Pará. Após entrevistas com pequenos produtores rurais familiares da vila foi observada a inexistência das técnicas contábeis e administrativas, logo a ausência destas condutas prejudica a atividade econômica, principalmente quando se trata de atividade produtora no ambiente rural, uma área que necessita de atenção especial devido as suas peculiaridades.

Palavras-chave: Produtor rural; Contabilidade rural; Administração rural.

1. INTRODUÇÃO

A produção rural se torna cada vez mais importante na economia brasileira, possuindo na atualidade uma importância no setor agrícola, social e econômico do país. Segundo dados do Governo Federal (2018) a agricultura familiar tem um peso anual de US\$ 55,2 bilhões de dólares no PIB brasileiro. De acordo com as informações no portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA (2018), a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes.

Esses dados demonstram a força que este ramo possui no âmbito nacional e o potencial econômico para municípios pequenos do país e para as famílias que usam a atividade rural como uma forma de sobrevivência ou complemento de renda.

Porém, quando buscamos observar os agentes que estão na ponta da produção, ou seja, os pequenos produtores rurais, percebemos que a maioria não conhece de maneira contábil e administrativa suas atividades, ou seja, sua produção, suas vendas, lucros e despesas. O que

dificulta o planejamento de suas ações e conseqüentemente gerando problemas que possam impedir a permanência na atividade produtora rural.

Este relato se torna mais evidente quando se observa os pequenos produtores rurais, que através de financiamento próprio, ou seja, utilizando sua própria terra e seus recursos, buscam exercer atividade produtiva rural (de plantio ou criação) sem o apoio de entidades ou o conhecimento necessário das atividades contábeis e/ou administrativas.

Neste sentido, a Contabilidade e a Administração Rural se apresentam como ferramentas que auxiliam na obtenção das informações dentro de uma propriedade ou produção rural, o que possibilita o melhor planejamento, controle e tomada de decisão das atividades agrícolas (KRUGER et al., 2009). Possuindo também métodos de registros que propiciam aos produtores rurais, das diversas culturas, a noção e domínio da propriedade que é capaz de gerar melhores resultados para as famílias que sobrevivem da venda das culturas que produzem.

Neste contexto a contabilidade rural, serve como instrumento de apoio, mensuração, controle e planejamento das atividades desenvolvidas no ambiente rural, visando atingir seu objetivo de controlar o patrimônio e possibilitar o acompanhamento dos resultados das atividades rurais e a análise dos investimentos realizados (CREPALDI, 2006, 2009; MARION, 1999; KRUGER et al., 2014).

Portanto, o entendimento deste potencial econômico rural nos leva a refletir a importância do correto gerenciamento contábil/administrativo das pequenas propriedades rurais, junto aos produtores rurais. Demonstrando para eles a importância de inserir a contabilidade rural como mecanismo de apoio, de planejamento, controle e mensuração das atividades desenvolvidas no ambiente rural (KRUGER et al., 2014).

Nesta perspectiva este trabalho tem como premissa central demonstrar as vantagens que a contabilidade e a administração rural possuem quando exercidas de maneira correta. Logo, o intuito é observar se existe ou não essas práticas e apontar esses benefícios aos pequenos produtores rurais, em uma pequena comunidade do interior do Pará, auxiliando nas suas demandas e nas perspectivas de um melhor controle de suas atividades.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é investigar a existência ou inexistência de tais técnicas nas atividades produtoras e demonstrar os benefícios da prática contábil/administrativa para os pequenos produtores rurais quando utilizada corretamente.

A justificativa para buscar este objetivo é que é preciso entender os benefícios que a Contabilidade e a Administração Rural podem trazer para os pequenos produtores rurais, visto

que a correta utilização proporciona ao produtor rural o conhecimento de sua situação econômica, financeira e uma base para as suas tomadas de decisões.

É bem comum observarmos, principalmente em pequenas propriedades, o produtor guardar as informações apenas em sua memória, não registrando assim as entradas, saídas, despesas e custos que deveriam ser registrados para a correta contabilização do patrimônio. Impossibilitando a identificação dos custos de produção, os resultados obtidos e a rentabilidade de suas atividades. Prejudicando também o controle de caixa, e muitas vezes o produtor não consegue diferenciar o capital particular do capital do negócio. Sendo assim a utilização correta das funções administrativas e contábil tende a melhorar os resultados econômicos para o produtor rural.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta etapa do estudo serão abordados os principais pontos teóricos encontrados na literatura, abordando inicialmente a ciência contábil como suporte as práticas da humanidade, com um breve relato dos seus primórdios, por conseguinte apresentando a contabilidade voltada às propriedades rurais e a administração rural que também possui um papel importante neste setor, por fim definir a agricultura familiar.

2.1 Contabilidade

Para tratarmos da importância da contabilidade rural é necessário resgatar um pouco do histórico dessa doutrina chamada contabilidade. Esta ciência é considerada uma das mais antigas do mundo, surgindo através da necessidade do ser humano de mensurar e controlar seu patrimônio, que engloba um conjunto de bens, direitos e obrigações (KRUGER; MAZZIONI; BOETTCHER, 2009).

Este surgimento e sua evolução possuem bases sólidas até com a evolução da humanidade, pois como mostra estudos sobre civilizações da antiguidade o homem primitivo já possuía um determinado cuidado com suas riquezas e posses, um exemplo é a contagem e o controle de rebanhos (DA SILVA, 2002; KRUGER; MAZZIONI; BOETTCHER, 2009).

Outro exemplo claro de como a ciência contábil acompanha a evolução da humanidade é que em sítios arqueológicos do Oriente historiadores encontraram materiais que eram usados pelos povos pré-históricos, onde eles buscavam através de um sistema feito com pequenas fichas de barro, que caracterizava, por exemplo, uma forma dos povos antigos de efetuarem a

contagem das suas sementes, (SCHMIDT; DOS SANTOS, 2006).

A contabilidade foi se aprimorando de acordo com a necessidade de cada período histórico da humanidade. Como o surgimento da moeda, a invenção da máquina a vapor, que impulsionou a Revolução Industrial (ULRICH, 2009; 2017), estes são alguns relatos de como a ciência contábil evolui de acordo com o crescimento e aprimoramento de suas práticas, que são decorrência da evolução da humanidade.

Além disso, a contabilidade não é considerada uma ciência exata, e sim uma ciência social, voltada para a avaliação, o registro e o controle, pois é a partir das ações do homem que surgem as modificações no fenômeno patrimonial (DA SILVA; FIIRST, 2015).

Entendemos então que a evolução e desenvolvimento da contabilidade (em todo o seu histórico) estão ligados diretamente ao desenvolvimento econômico, as peculiaridades dos negócios feitos em cada época, como a troca de bens e os acontecimentos sociopolíticos e socioculturais que modificaram a humanidade no decorrer da história (NAGATSUKA; TELES, 2002; ULRICH, 2017).

Percebe-se com este breve resgate histórico que a contabilidade se reporta as atividades do ambiente rural e/ou atividades agrícolas (DA SILVA, 2002). Neste sentido, seu objetivo é o controle do patrimônio de entidades que se refere a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, com e sem fins lucrativos, de diversos setores, atuando ativamente sobre o objeto, ou seja, o capital de toda e qualquer organização, acompanhando a evolução qualitativa e quantitativa deste patrimônio (DE IUDICIBUS; MARION; DE FARIA, 2009).

Por fim, atualmente, os seus usuários são indivíduos de pessoa física ou jurídica, que, seja direta ou indiretamente, possuem certo interesse nas análises da situação e desenvolvimento da organização (DA SILVA; FIIRST, 2015), sejam eles internos, como sócios, acionistas, administradores, proprietários, funcionários, ou externos, como sindicatos, investidores, bancos e governo. Dessa forma essa análise das operações contábeis deve atender a necessidade destes usuários internos ou externos (DE IUDICIBUS; MARION; DE FARIA, 2009).

2.2 Contabilidade voltada as propriedades rurais

A partir deste breve contexto histórico sobre a contabilidade, percebemos também, que, com a sua evolução outros ramos de atividade foram se especializando dentro da ciência, como a contabilidade de custos, empresarial, pública, ambiental, gerencial, rural e outras (SILVA,

2017), cada uma buscando dentro de cada setor analisar o patrimônio a partir da complexidade, normas, leis e outros fatores que cada ambiente apresenta.

Logo as propriedades rurais possuem o seu ramo específico dentro da ciência contábil, que se diferencia de outras áreas como a contabilidade pública. Um exemplo é a contabilização específica de cada cultura produzida, como plantações e criações, que possuem especificações diferentes de demandas relacionadas às práticas contábeis, envolvendo o registro dos fatos ocorridos nas atividades rurais em determinados períodos, (SILVA, 2017). Desta forma a contabilidade rural se destaca como o principal instrumento na tomada de decisões, onde o produtor rural deve a partir dos seus dados contábeis decidir a melhor maneira que irá executar e controlar suas operações (SILVA, 2017; ULRICH, 2017).

Assim sendo, a contabilidade rural é conceituada como um instrumento da função administrativa que tem como objetivo o controle do patrimônio de entidades rurais, que busca apurar os resultados dessas entidades e prestar as informações corretas, como estudar a real situação da estrutura financeira da empresa, a evolução do empreendimento ao longo de diferentes meses ou anos, a fim de revelar aos seus usuários ou proprietários essas referências para uma correta tomada de decisão sobre o seu patrimônio (CREPALDI, 2004; 2009).

Um ponto a destacar dentro da perspectiva da contabilidade rural é que existe a chamada Empresa Rural, que são aquelas propriedades que exploram a capacidade produtiva do solo através da criação de animais, cultivo da terra e a transformação de determinados produtos agrícolas (MARION, 1999; 2002).

Neste sentido, segundo Crepaldi (1998, p. 98):

A Contabilidade é a radiografia de uma Empresa Rural. Ela traduz, em valores monetários, o desempenho do negócio e denuncia o grau de eficiência de sua administração. Em última análise, a Contabilidade vai dizer se uma Empresa Rural está atingindo o seu objetivo final: o lucro [...].

A partir disto Marion (2005) destaca que a Empresa Rural é qualquer tipo de propriedade rural familiar ou patronal (não familiar), que integra um conjunto de recursos, conhecidos como fatores de produção, que neste caso são: terra, o capital e o trabalho (ULRICH, 2017).

Neste sentido Soares (2016) destaca os três componentes: onde a terra é o elemento mais importante, pois para existir uma produção rural é necessário possuir este local para que possa

ser aplicado o investimento necessário a fim de obter lucro; O segundo elemento, ou seja, o capital constitui no emprego de determinado valor inicial de investimento, a fim de se obter uma melhoria na produtividade e alcançar melhorias a atividade humana; O terceiro elemento é o trabalho, que compreende a operacionalização e organização das práticas exercidas neste ambiente.

Para se perceber ainda mais esta nomenclatura de perfil da Empresa Rural estes elementos, o empresário, a atividade econômica organizada e o estabelecimento (ULRICH, 2017) devem estar em sintonia no processo produtivo rural. Este tripé é importante para caracterizar que um produtor rural também pode ser considerado um empresário de pessoa física ou jurídica, pois sua atividade econômica deve ser organizada, os seus bens e serviços devem possuir intercambialidade e o estabelecimento é a terra onde ele desenvolve a produção rural (ULRICH, 2017).

2.3 Administração rural

Dentro desta perspectiva de percepção da contabilidade rural como suporte as atividades agrícolas, cabe ainda destacar a importância da combinação entre Administração e Contabilidade, onde as duas ciências complementam as atividades organizacionais de qualquer setor. O ponto aqui não é discutir as premissas fundamentais da administração e sim trazer um breve relato da importância desta atividade que busca auxiliar nas demandas contábeis e vice-versa.

Dito isto, é fundamental que os profissionais que atuam no setor rural, possuam conhecimento acerca dos elementos da produção da determinada cultura produtiva, assim como consciência da importância da contabilidade e da atuação correta da administração de sua atividade produtora, que tem como objetivo um melhor controle econômico, financeiro, contábil e administrativo (CREPALDI, 2006; 2009). A necessidade de buscar uma melhora nas maneiras de gerir uma produção rural faz com que as pessoas que exercem este tipo de atividade busquem também na Administração Rural o complemento necessário para atingir os objetivos almejados.

Logo, o produtor rural também assume em determinados momentos o papel de administrador (ULRICH, 2017), buscando inserir alguns pontos da administração como o planejamento, a organização, a direção e o controle (CHIAVENATO, 2016) de suas atividades,

elementos que fazem parte da tomada de decisão. Ele (o produtor/administrador) deve saber (por exemplo) como está a rentabilidade de sua atividade, quais os possíveis resultados que serão obtidos, e com o suporte da contabilidade rural tomar as decisões como o menor risco possível (ULRICH, 2017).

Neste sentido Crepaldi (2012, p. 39-40) afirma que:

A administração cuida em determinar que produtos e serviços sejam necessários e em colocá-los nas mãos dos consumidores. [...] Como as finanças estão desenvolvidas em todos os aspectos operacionais da Empresa Rural, os gerentes não financeiros, assim como os gerentes financeiros, não podem efetivar suas obrigações sem informações financeiras [...].

Por mais que o sentido da palavra “Administração” ou “Administrar” nos remeta a percepção de organização (CHIAVENATO, 2016), e que em base é isto, outras premissas nos leva a um melhor entendimento, como Crepaldi (2012) cita em colocar serviços e produtos nas mãos dos consumidores, demonstrando que nas propriedades rurais deve existir uma organização, que seja dos insumos, das contas, da quantidade produzida e/ou vendida, ou uma organização financeira que se apoie em dados concretos e confiáveis da contabilidade.

Percebe-se então (com este breve relato acerca da administração rural) que as duas ciências andam de mãos dadas quando se trata dos elementos que envolvem a produção rural, pois a partir de uma percepção de planejamento, organização, direção e controle (CHIAVENATO, 2016) uma decisão que também tem bases em elementos sólidos observados pela contabilidade corre um menor risco de levar o produtor à perda dos seus ativos e prejuízos na sua produção.

2.4 Agricultura familiar

Para que se possa compreender (de maneira breve) a importância da agricultura familiar é necessário observar o que diz a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Que estabelece as diretrizes para a formulação de política nacional da agricultura familiar e empreendimento familiares rurais.

De início o artigo 3º estabelece o seguinte:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica

atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - revogado;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Entendemos então que a Agricultura Familiar é o cultivo da terra praticado pelos pequenos produtores rurais. Utilizando essencialmente a mão de obra do conjunto familiar em suas atividades, diferente da agricultura patronal de médias e grandes propriedades que usa mão de obra contratada fixa ou temporária em suas atividades (HOFFMANN, 2014).

Os dados do último Censo Agropecuário de 2006 revelaram que 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares (MAPA, 2016). Os números revelam ainda que 35% do produto interno bruto (PIB) nacional corresponde a prática da agricultura familiar e que a mesma absorve 40% da população economicamente ativa do país.

Segundo o Censo de 2006 a produção da agricultura familiar foi a seguinte:

Tabela 1 - dados da produção proveniente da Agricultura Familiar.

Produto	Porcentagem de produção
Mandioca	87%
Feijão	70%
Milho	46%
Café	38%
Arroz	34%
Trigo	21%

Fonte: MAPA (2016).

A agricultura familiar brasileira é responsável ainda por 60% da produção de leite, possui 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos brasileiros. Além disso, a lei estabelece que silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária também são considerados agricultores familiares.

Este breve relato foi necessário para demonstrar a importância da agricultura familiar na economia brasileira. Por mais que os dados aqui utilizados sejam do Censo de 2006 (pois os números do último Censo agropecuário ainda não foram divulgados pelo IBGE, existem apenas as análises preliminares) observa-se a força que as produções rurais familiares possuem dentro da economia nacional, seja na produção de insumos essenciais do dia a dia (como feijão e arroz) ou na produção de outras culturas produtivas (como silvicultores e pescadores). Demonstrando ainda que esses dados merecem uma atenção especial de análise dessas propriedades familiares (HOFFMANN, 2014).

3. METODOLOGIA

Neste tópico serão apresentados os procedimentos metodológicos que serviram de suporte a coleta e análise dos dados. Foi utilizada a pesquisa aplicada, que possui o intuito de desenvolver o conhecimento científico e gerar sugestões para questões futuras de pesquisa (PRODANOV; DE REITAS, 2013). Os conhecimentos devem ser aplicados para gerar solução a uma situação problema específica.

A primeira abordagem considera uma dinâmica entre o sujeito e o mundo real, existindo então uma interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados básicos destes fenômenos. Portanto, não existe a necessidade de métodos e técnicas estatísticas e coleta e análise, logo, o ambiente natural da pesquisa é a fonte para a coleta de dados, sendo o pesquisador o instrumento chave desta coleta e análise (PRODANOV; DE REITAS, 2013).

Sua finalidade é gerar mais informações sobre o assunto que irá investigar, facilitando assim uma melhor delimitação do tema de pesquisa (PRODANOV; DE REITAS, 2013). Os elementos mais comuns são: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que possuem determinada experiência com o problema analisado e visitas a instituições ou buscas em sites por informações (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2000).

A pesquisa de campo se caracteriza pelo deslocamento do pesquisador ao ambiente chamado na literatura por “campo”, podendo ser institucional (empresa, órgão público, ONG, etc.) ou ambiente social (comunidades, reuniões, etc.). Este procedimento é feito quando a coleta, informações e observações são feitas no ambiente em que o objeto está situado e no local que se manifesta o fenômeno de pesquisa (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2000).

A pesquisa bibliográfica é necessária para procurar bases e recolher informações acerca da proposta do estudo. Farias Filho e Arruda Filho (2000) discorrem que esse procedimento

constitui a fase preliminar de qualquer levantamento da literatura, podendo ser elaborada a partir de artigos, livros e em documentos disponíveis na *Internet*. Este tipo de busca deve ser desenvolvido diante de material já elaborado, pois, por meio desse mecanismo, reúnem-se os conhecimentos prévios sobre a temática abordada (RAUPP et al., 2003; GILL, 2005).

Esse estado da arte é importante para elaborar uma contextualização inicial e que possua embasamento teórico relevante (PRODANOV; DE REITAS, 2013), pois essas providências demonstrarão até que ponto a temática foi abordada e discutida na literatura (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2000).

4. COLETA DE DADOS

4.1 Descrição da comunidade

O município escolhido foi o de Santa Luzia do Pará. Sua escolha se dá devido ao seu potencial de atividade rural, de vários segmentos, como plantio de mandioca para a produção de farinha, produção de açaí, criação de animais, onde se destaca o rebanho de bovinos, a criação de suínos e aves. E a comunidade estudada foi a Vila do Pitoró (KM 64), que se destaca no município por meio dos seus produtores locais.

Visitas foram realizadas aos pequenos produtores familiares da vila Pitoró (KM 64). Localizado no município de Santa Luzia do Pará, as margens da BR-316. A cidade fica a uma distância de 206 km da capital paraense, logo, a comunidade Pitoró a 223 km da capital.

A figura 1 nos mostra a dimensão do município:

Figura 1 – Município de Santa Luzia do Pará.



Fonte: Google Earth (2022).

A comunidade do Pitoró ou Km 64 fica a 17 km da sede do município. A figura 2 mostra a comunidade de maneira geral e a figura 3 e 4 nos mostra uma visão de alguns locais.

Figura 2 – Comunidade do Pitoró (KM 64).



Fonte: Google Earth (2022).

Figura 3 – Comunidade do Pitoró (KM 64) as margens da BR 316.



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Figura 4 – Comunidade do Pitoró (KM 64).



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Na comunidade existe 60 famílias, sendo 20 com algum tipo de agricultura própria e somente 7 vendem seus produtos, logo, apenas 7 famílias entraram na lista de entrevistados.

Foram feitas perguntas, que seguiram uma ordem pré-estabelecidas. Cabe destacar que a entrevista foi gravada com o suporte de um *smatphone* para que fosse reanalisada de maneira mais cuidadosa, observando assim os pontos mais relevantes no tocante da proposta deste estudo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico serão apresentados os principais elementos observados nas entrevistas e que possam contribuir para um maior entendimento da problemática que a pesquisa busca solucionar.

5.1 Ausência de controle com custo de criação e produção

Foi questionado se os produtores possuem conhecimento dos seus custos. Foi citado em muitos trechos o valor elevado dos custos de criação e produção, ou seja, existe um pré-entendimento de alguns produtores que este tipo de empreendimento exige certo grau de investimento e como consequência uma melhor organização desses custos, para que estes valores não possam, no decorrer do tempo, ser mais elevados que o lucro.

Foi citado o seguinte:

“Sim, eu tenho um pouco de conhecimento sobre os custos... só não levava muito em consideração por conta do meu plantio próprio de mandioca. Se eu fosse analisar as despesas da mandioca o gasto seria maior. 60% da alimentação são de mandioca se eu não tivesse plantio próprio de mandioca meu gasto seria alto... eu não teria condições de criar muitos porcos e sim uma criação menor que não ia conseguir ter uma produção”. Produtor 1.

O fato de o produtor rural possuir um plantio de mandioca na sua propriedade diminui consideravelmente os seus custos com a alimentação dos animais. Porém, ele não sabe precisar o valor deste investimento feito no plantio próprio de mandioca para realizar a alimentação dos seus animais. Ele deveria ter conhecimento de quanto custa o seu plantio.

Basicamente todos os investimentos que o produtor familiar precisar realizar ele deve considerar seus custos, e isto irá incluir o seu plantio próprio, mesmo sendo dentro da propriedade, pois ele retira este valor do seu custo de criação através da sua plantação, mas não insere os insumos necessários para o plantio na sua propriedade, como mão de obra, ferramentas, gasolina utilizada no deslocamento e o tempo necessário de espera para a colheita.

Neste período de espera da colheita o produtor deve comprar outra matéria prima para alimentar seus animais, mas o mesmo não considera estes elementos nos seus custos de produção. Neste sentido a contabilidade irá proporcionar uma rica fonte de informação, afinal, conhecer melhor os seus custos é uma questão de sobrevivência para qualquer negócio

(CREPALDI, 2004; 2009). Quando esta ferramenta não é utilizada os custos irão interferir diretamente nos resultados, podendo implicar na queda da produtividade e do faturamento (DA SILVA, 2015).

Na contra mão disto, uma melhor gestão de custos irá permitir estabelecer preços com margens de lucro mais consistentes para o produtor citado. Mensurar isto fornecerá, por exemplo, o valor real de quanto o produtor deve comercializar seus produtos (CREPALDI, 2009; SILVA, 2017), dessa forma cobrir os seus custos e obter uma margem de lucro considerável.

Nas figuras 5 e 6 podemos observar a pequena criação de suínos e a plantação própria de mandioca do produtor que serve de base alimentar para os animais.

Figura 5 – Criação de suínos.



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Figura 6 – Plantio próprio de mandioca.



Fonte: dados da pesquisa (2022).

5.2 Ausência de estimativa dos lucros

Outro questionamento foi se eles possuíam um determinado controle com os seus lucros, ou seja, se existe uma breve noção de quanto será o valor recebido dos clientes no final de suas vendas, porém a maioria dos produtores não observa este valor no final do ciclo. Foi analisado que todos passam pela mesma situação.

Um produtor citou o seguinte:

“Tenho uma breve noção de quanto será o meu lucro... mas não chego, a saber, exatamente... a contabilidade me ajudaria a ter uma base de quanto eu ia ganhar por mês e quanto eu poderia gastar, para que não pudesse me atrapalhar no meu negócio”. Produtor 2.

Este relato demonstra a necessidade dos produtores de introduzir a contabilidade nos seus negócios, pois, por mais que eles tenham uma pequena noção dos seus lucros os mesmos não conseguem saber exatamente o valor real de retorno de suas vendas.

Assim como, não conseguem mensurar os seus gastos com o processo, não sabendo, por exemplo, o valor investido, além disso, em muitos casos o lucro das vendas não é no momento da comercialização, pois existe a prática de comercialização a prazo, demonstrando que eles deveriam fazer cálculos de valores a receber e se preparar para o período sem dinheiro em caixa.

Neste sentido uma ferramenta que irá melhorar os negócios dos produtores é a verificação da margem de lucro. Que basicamente a diferença entre o faturamento recorrente das vendas dos produtos e os custos da execução daquele trabalho (DA SILVA, 2002; DE IUDICIBUS; MARION; DE FARIA, 2009). Sua importância está no fato de que o produtor rural irá obter, através do cálculo, números importantes para que ele possa refletir a respeito do funcionamento atual da sua produção (KRUGER, 2014).

Logo, o produtor irá descobrir realmente qual o valor recebido através da venda do produto, a partir do seu preço de venda e deduzindo seus custos de produção. Dependendo do valor, o produtor pode aumentar o valor de venda do produto para que isto possa ultrapassar seus custos de produção, caso contrário, o produtor irá verificar que suas vendas não superam seus custos, causando prejuízo para o seu negócio (MARION, 1999; 2005; DA SILVA, 2002).

5.3 Ausência das funções administrativas

Ao iniciar suas produções, os produtores não utilizaram das funções administrativas. Sendo observado que a falta de planejamento, levou a uma péssima organização, não havendo controle e planejamento, tornando assim todos os pequenos produtores sem um capital de giro positivo.

Foi citado o seguinte por um produtor:

“Antigamente a minha mãe criava e vendia, então era bom para suprir as nossas necessidades. Quando decidi continuar o mesmo trabalho, não procurei informações da Administração, não planejei, não tive e nem tenho organização, não tenho controle e muito menos planejamento”. Produtora 3.

A falta da correta administração do negócio ou produção faz com que os pequenos produtores não alcançassem seus objetivos, muitas vezes perdendo o que foi produzido ou não obtendo lucro. Neste caso as funções administrativas seria a melhor maneira de possuir uma melhor coordenação das ações que o produtor rural deve tomar.

Neste sentido o ciclo PODC (Planejamento, Organização, Direção e Controle) surge como uma alternativa simples de como possuir um objetivo aplicado à melhoria do negócio (CHIAVENATO, 2016). Esta melhoria continua deve ser pautada nestas quatro ações bases. É neste momento que o produtor rural deve ser o administrador da sua produção, para que se posa, através do uso correto da administração rural, levar sua produção e vendas da maneira mais próxima do ideal.

As funções administrativas, ou ciclo PODC, é explicado por Chiavenato (2016) da seguinte maneira:

- Planejamento: é onde o administrador/produtor deve decidir o que fazer para atingir os resultados.
- Organização: é verificar os recursos existentes, que possam ser utilizados para realizar o que foi planejado. Definindo todas as tarefas, quem irá fazer, como fazer e quais recursos cada um irá utilizar.
- Direção: é comandar ou direcionar o que foi planejado, para garantir que os objetivos possam ser atingidos.
- Controle: é analisar os resultados para verificar se os mesmos estão de acordo com o

que foi planejado, para isto é necessário acompanhar as tarefas para ter certeza que todas estão na direção certa do que foi previamente planejado.

As funções administrativas ajudarão o produtor rural a ter uma melhor noção de como planejar suas tarefas, o que criar ou plantar para obter lucro. Organizar seus recursos, ou seja, seus insumos ou materiais como sementes, preparar o solo para o plantio, verificar a existência das ferramentas adequadas, entre outros.

Ter uma correta direção do que foi planejado, neste o próprio ciclo da cultura produzida ajudará, como uma plantação, onde o seu próprio ciclo irá determinar o direcionamento de suas ações. E um controle dos seus passos para ajudar na obtenção do objetivo inicialmente proposto.

5.4 Confundir despesas pessoais com as despesas e lucros da atividade rural

Foi analisado que todos os pequenos produtores da vila iniciaram suas produções com objetivo de suprir suas necessidades e também para obter uma renda extra. Porém, a ausência de conhecimento contábil e administrativo os leva a confundir as necessidades pessoais ou de casa com os valores obtidos na produção.

Dois produtores citaram o seguinte:

“Não consigo ver o meu lucro final, porque toda vez que vou vender ou receber tenho uma necessidade de casa. Por exemplo: recebo R\$ 200,00, preciso gastar R\$ 80,00 só fico com R\$ 120,00, depois não vejo meu lucro final”. Produtor 4.

“Não vejo meu lucro, por necessidade de casa. Entrei nesse ramo para obter uma renda melhor e também para ajudar em casa. Mas por não conseguir guardar o meu lucro não consigo fazer uma coisa maior, quando tiramos por precisão de casa não conseguimos uma coisa maior porque nunca tem um pacote relevante para comprar mais produtos”. Produtor 5.

Nesta questão percebe-se a ausência de uma das regras mais básicas no mundo dos negócios: a separação das contas empresariais com as contas pessoais. Fazendo com que o risco de deixar a atividade produtoras seja real e alto. Uma pequena movimentação do lucro da produção para cobrir despesas pessoais pode gerar grandes problemas a longo prazo (CHIAVENATO, 2016).

Por mais que este relato seja valido quando se trata de uma melhor gestão da produção

rural, não podemos deixar de lado que por ser uma comunidade pequena e afastada do centro da cidade, os produtores familiares encontram uma saída na produção, plantio ou criação própria, uma forma de aumentar a renda da família. E, obviamente, executar esta tarefa através de uma destas culturas implica em fazê-las para pagar contas/despesas pessoais ou de casa. Por mais que isto resulte em uma eventual desistência da atividade produtora no decorrer do tempo.

Além disso, muitos recorrem a estas praticas para vender seu produto ou para o consumo familiar, como mostram as figuras 7 e 8 de uma pequena plantação de feijão e uma criação de peixe de dois produtores, onde o plantio e a criação irá para o sustento alimentar das famílias, deixando de lado a comercialização destas culturas.

Figura 7 – Pequena plantação de feijão.



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Figura 8 – Pequena criação de peixes.



Fonte: dados da pesquisa (2022).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que o objetivo proposto foi alcançado na medida em que foi possível identificar a pouca existência das práticas contábeis e administrativas e a ausência do uso das mesmas nas atividades produtoras rurais de pequenas propriedades familiares. De maneira breve foi demonstrado aos produtores não sabem a importância dessas práticas, na medida em que o exercício de qualquer atividade econômica exige um conhecimento técnico específico, para que não se possa cometer erros nas produções, nas vendas e no retorno dos lucros.

Todos os relatos são válidos quando se busca demonstrar a importância da contabilidade e da administração no ambiente rural. Por mais que a pesquisa tenha sido realizada em uma pequena comunidade do interior do Pará os resultados podem ser verificados em outros locais do Brasil. Pois, nosso país é continental, possui uma extensão rural ampla e não são todos os produtores que possuem tecnologias ou instrução acadêmica para lidar com seus negócios.

O desafio, portanto, tanto do poder público quanto das universidades, é conseguir levar o mínimo de conhecimento contábil e gerencial para esses produtores que muitas vezes são responsáveis pela economia local, mas que são negligenciados e esquecidos por políticas que consigam ajuda-los a manter o negócio familiar rural vivo.

Esta pesquisa possui como limitação a ausência de observação e análises de outros pontos que também exercem influência em relação a essas práticas. Como o nível de escolaridade das famílias, a falta de suporte de órgãos governamentais (como órgãos federais, estaduais ou municipais, cooperativas, universidade), ou até a replicação do estudo em outras regiões do país. Logo, estes relatos podem ser observados em trabalhos futuros, para que estas variáveis possam ser verificadas mais cuidadosamente e assim conseguir trazer uma discussão mais ampla e novas soluções ao problema aqui discutido.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de jul. de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Brasília, DF. Julho de 2016.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos de administração: planejamento, organização, direção e controle para incrementar competitividade e sustentabilidade.** Elsevier Brasil, 2016.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

ARTIGO CIENTÍFICO

TEMA 2: ADMINISTRAÇÃO II - GOVERNANÇA, SUSTENTABILIDADE E AMAZÔNIA

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2009.
CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. ver. São Paulo: Atlas, 2006.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**, v. 7, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. Atlas, 2009.

DA SILVA, Nagatsuka, Divane Alves. **Manual de contabilidade introdutória**. Cengage Learning Editores, 2002.

DA SILVA, Sandro Andrade Gonzaga; FIIRST, Clóvis. **Contabilidade E Sua Importância Para o Pequeno Produtor Rural**. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 76-88, 2015.

DE IUDICIBUS, Sergio; MARION, José Carlos; DE FARIA, Ana Cristina. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. Atlas, 2009.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio JM. **Planejamento da pesquisa científica**. Editora Atlas SA, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, 2005.

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. **A contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais**. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 134-153, 2014.

KRUGER, Silvana Dalmutt; MAZZIONI, Sady; BOETTCHER, Simoni Francieli. **A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais**. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural, contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda, pessoa jurídica**. Atlas, 1999.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – Secretária de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**, 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – Secretária de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **O que é a agricultura familiar?**, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em: 12 jan. 2022.

NAGATSUKA, Divane A. Silva; TELES, Egberto L. **Manual de contabilidade introdutória**. São Paulo: Thompson/Pioneira, 2002.

PORTAL DO GOVERNO FEDERAL - Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo, 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

RAUPP, Fabiano Maury et al. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**, v. 3, p. 76-97, 2003.

SCHMIDT, Paulo; DOS SANTOS, José Luiz. **História do pensamento contábil**. Atlas, 2006.

SILVA, LML. Benefícios da contabilidade rural para a agricultura familiar: um estudo sobre famílias na cidade Capitão Poço-Pará. In: **2º Congresso de Contabilidade UFU-Contabilidade, Gestão e Agronegócio, Anais. Uberlândia-MG**. 2017. p. 1-15.

ULRICH, E. R. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio, 2009. **Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai-IDEAU**. Disponível em: Acesso em, v. 21, 2017.

ULRICH, Elisane Roseli. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **Revista de Administração e Ciências Contábeis da IDEAU**, v. 4, n. 2, p. 1-13, 2009.

Wildmis Borges Soares; **A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE CONTÁBIL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE RONDONÓPOLIS**. Congresso de Administração do sul de Mato Grosso, 2016.